



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

EIXO FUNDAMENTOS DOS SERVIÇO SOCIAL: Produção do conhecimento, pesquisa social, e ética em pesquisa no Serviço Social e nas Ciências Humanas e Sociais

Assistência Social em instituições militares: uma revisão integrativa da literatura produzida no Brasil

Juan Felipe Alves de Oliveira¹

Resumo: O presente trabalho problematiza como a institucionalização da assistência social nas instituições militares brasileiras tem sido abordada em estudos nacionais. Visando uma aproximação sistemática ao tema, realizou-se uma revisão integrativa da literatura. A busca bibliográfica foi realizada em plataformas digitais que reúnem a produção científica oriunda de instituições civis e militares. A análise indica que os aspectos referentes à institucionalização da assistência social nas Forças Armadas surgem nos estudos majoritariamente como um componente de uma análise institucional que tem como objetivo apresentar ao leitor determinantes sócio-históricos considerados relevantes para a compreensão do objeto central da pesquisa.

Palavras-chave: Assistência Social; Serviço Social; Revisão Integrativa; Instituições Militares.

Abstract: The present work problematizes how the institutionalization of social assistance in Brazilian military institutions has been approached in national studies. Aiming for a systematic approach to the topic, an integrative literature review was carried out. The bibliographic search was carried out on digital platforms that bring together scientific production from civil and military institutions. The analysis indicates that aspects relating to the institutionalization of social assistance in the Armed Forces appear in studies mainly as a component of an institutional analysis that aims to present to the reader socio-historical determinants considered relevant for understanding the central object of the research.

Keywords: Social Assistance; Social Work; Integrative Review; Military Institutions.

1. INTRODUÇÃO

A literatura existente no Brasil sobre as ações de assistência social desenvolvidas nas instituições militares² é resultado quase exclusivo de pesquisas realizadas por assistentes sociais que atuam profissionalmente nas Forças Armadas.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas. Doutorando em Política Social pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: juan.doc.uff@gmail.com.

² Segundo Lasswell (1941), o termo instituição militar refere-se a "instância em que se processa a administração da violência organizada". Esse conceito, portanto, aplica-se tanto as forças militares como as forças policiais. No entanto, neste estudo, o sentido adotado será o mesmo do termo Forças Armadas.



Os trabalhos nessa área temática tem priorizado questões referentes a prática profissional do assistente social. Sendo assim, de modo geral, o que se encontra são descrições de experiências que buscam chamar a atenção para o que há de particular nas requisições feitas ao Serviço Social nesses espaços ocupacionais e nas estratégias elaboradas para respondê-las.

Trata-se, portanto, de um campo de pesquisa que, embora tenha avançado nos últimos anos, ainda apresenta diversas lacunas. Dentre elas, destacam-se as indagações em aberto a respeito dos processos de institucionalização da assistência social³ nas Forças Armadas e sobre a evolução dessas iniciativas ao longo do tempo.

Nesse sentido, com o intuito de permitir uma aproximação sistemática ao tema, a proposta desta revisão de literatura é analisar a produção científica existente sobre a assistência social das Forças Armadas brasileiras – Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira –, visando problematizar como a institucionalização da assistência social nessas organizações militares tem sido abordada em estudos nacionais.

Assim, este artigo apresenta os critérios estabelecidos para a busca e seleção do material de interesse, as características gerais do conjunto de trabalhos analisados e a problematização das 7 (sete) dimensões de análise adotadas no estudo. Nas considerações finais, são recuperadas as principais conclusões e apontadas algumas possibilidades de continuidade para a pesquisa sobre a assistência social das Forças Armadas.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A busca bibliográfica foi realizada no período de novembro a dezembro de 2022, em dois grupos de bases de dados. O primeiro grupo foi composto por plataformas digitais que reúnem dissertações e teses produzidas no âmbito dos programas de pós-graduação nacionais e artigos publicados em periódicos científicos. O segundo grupo de bases de dados foi constituído por plataformas digitais que permitem acesso ao acervo bibliográfico de bibliotecas e organizações militares das Forças Armadas brasileiras.

Para realização da pesquisa nas bases de dados, foram utilizados termos compostos resultantes da agregação dos elementos pertencentes a dois conjuntos de descritores/palavras-chave. O primeiro conjunto contendo termos associados às ações de assistência social e o segundo conjunto constituído de descritores/palavras-chave associados às Forças Armadas brasileiras.

³ Não é possível neste espaço discutir os vários sentidos que a expressão assistência social assume. Por isso, vale apenas ressaltar que, assim como nesta ocasião, esse termo será utilizado diversas vezes no texto para designar um setor no âmbito de uma instituição, por exemplo, “a assistência social do Exército” ou “a assistência social das instituições militares”.



Vale mencionar que foram considerados apenas trabalhos produzidos sobre as Forças Armadas – Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira –, não sendo levada em conta a produção acerca da realidade das chamadas Forças Auxiliares, como a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar.

Foram selecionados apenas os trabalhos que continham elementos que indicassem a preocupação do autor em abordar o processo de institucionalização da assistência social nas Forças Armadas brasileiras ou que apresentassem informações sobre a evolução das ações de assistência social desenvolvidas ao longo do tempo nessas organizações.

Ao todo, foram incluídos na revisão 27 (vinte e sete) trabalhos, sendo 5 (cinco) artigos, 5 (cinco) monografias, 16 (dezesesseis) dissertações – 6 (seis) de mestrado profissional – e 1 (uma) tese, publicados entre os anos de 1966 e 2022.

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. Características gerais dos trabalhos analisados

No que se refere às características gerais dos estudos analisados, destaca-se que a maior parte (37%) é composta por dissertações de mestrado acadêmico. Além disso, em relação ao vínculo institucional dos autores, observa-se que 51,8% dos estudos foram elaborados por profissionais da Aeronáutica. Nota-se também que apenas 1 (um) trabalho envolveu profissionais de instituições distintas, o que indica baixa interação entre os pesquisadores da área, pelo menos, em termos de produção conjunta. Sobre o período de publicação, 88,9% dos estudos foram publicados nos anos 2000, tendo sido registrado o maior número de publicações – 4 (quatro) – em 2021.

Trata-se de uma produção realizada quase exclusivamente por profissionais do sexo feminino com vínculo institucional, mesmo que em caráter temporário, com as Forças Armadas. Apenas 11,1% dos trabalhos foram elaborados por autores do sexo masculino, sendo todos eles militares do Exército. Em outros termos, é uma literatura produzida majoritariamente por mulheres militares⁴ inseridas profissionalmente nesse contexto.

Em relação à formação dos autores, 83,3% são assistentes sociais. Os demais são profissionais de arquivologia, ciências militares e psicologia. Nesse sentido, os estudos analisados são marcados pela influência da literatura do Serviço Social, o que inclui o emprego frequente de termos que pertencem ao campo lexical dessa área de conhecimento, tais como projeto ético-político, espaço sócio-ocupacional, serviços socioassistenciais e população usuária.

⁴ Dos 36 autores referenciados na literatura em análise, apenas uma autora é civil.



Por fim, no que diz respeito aos trabalhos produzidos no âmbito de programas de pós-graduação, 45,4% são pesquisas oriundas de cursos na área de Serviço Social, sendo 9 (nove) dissertações de mestrado acadêmico e 1 (uma) tese de doutorado. Os demais estudos estão distribuídos em outras 9 (nove) áreas. Dentre as instituições de ensino identificadas, destacam-se a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) com 4 (quatro) trabalhos e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) com 3 (três).

3.2. Dimensões de análise

3.2.1. Temas centrais dos estudos

Apenas 2 (dois) estudos tematizam de forma central a institucionalização e/ou a trajetória histórica da assistência social nas Forças Armadas. Abordando apenas o caso da Marinha, esses trabalhos buscam recuperar elementos pertinentes às primeiras iniciativas na área e às mudanças ocorridas no arcabouço normativo que regula as ações desenvolvidas ao longo do tempo. Em todas as demais pesquisas, essas questões recebem um tratamento meramente subsidiário, limitando-se à citação de datas e documentos administrativos com o intuito de contextualizar o objeto central do estudo ou compor uma análise da conjuntura institucional.

O tema que concentra o maior número de estudos se refere à prática profissional dos assistentes sociais ou à intervenção proposta pelo Serviço Social para o atendimento das demandas postas à profissão no contexto institucional das Forças Armadas. Considerando que se trata de uma produção científica cujos autores são quase que exclusivamente assistentes sociais militares, o que se observa é um especial interesse em problematizar a própria rotina profissional.

Além disso, nota-se o esforço em abordar a organização e as atividades desenvolvidas pelas estruturas internas de assistência social, sobretudo por autores vinculados ao Exército. Os trabalhos com essa temática, que em geral estabelecem comparações entre as três Forças, buscam identificar deficiências institucionais e propor medidas para o aperfeiçoamento dos serviços prestados.

Observa-se também que grande parte dos trabalhos se ocupam de questões que não estão vinculadas de forma exclusiva às instituições militares. No conjunto de estudos analisados, verifica-se uma preocupação com temáticas amplamente abordadas nas ciências sociais, como a crise do capitalismo e a precarização do trabalho, bem como a discussão sobre a assistência social das Forças Armadas a partir de debates mais amplos referentes às políticas públicas setoriais e/ou questões de interesse público. Nesse sentido,



o contexto institucional militar aparece principalmente como provedor da base empírica para o estudo de questões que extrapolam suas fronteiras.

Assim, constata-se que os autores nessa área de pesquisa não têm se dedicado a analisar em profundidade a evolução da institucionalidade da assistência social nesses espaços. Em que pese abordarem mudanças em suas estruturas, não fazem interrogações sobre os sentidos das continuidades e rupturas que podem ser observadas nesses processos.

3.2.2. Justificativas dos estudos

No que se refere à análise dos argumentos evocados para o estudo da assistência social das Forças Armadas, chama a atenção a falta de clareza na distinção entre a explicação da importância e necessidade desse tipo de estudo; a explicitação das contribuições que a pesquisa realizada pode aportar ao campo no qual está inserida; e as próprias motivações pessoais para a escolha do tema. De modo geral, essas três dimensões, que podem ser referenciadas respectivamente como justificativa, relevância e interesse pelo estudo, não estão presentes e/ou não são articuladas nos trabalhos analisados.

Embora os autores não apresentem o percurso trilhado para a realização do levantamento bibliográfico sobre o tema nem os seus resultados, é frequente o argumento de que a assistência social das Forças Armadas é um campo de estudo negligenciado pelos pesquisadores sociais. Destacam-se as seguintes assertivas: “Partimos do pressuposto que a academia conhece pouco, e até tem certo preconceito, acerca da atuação do Serviço Social na Aeronáutica e nas Forças Armadas como um todo visto a natureza da instituição” (ZACARON, 2011, p. 151); “No caso do Serviço Social, são escassas as produções científicas acerca da atuação profissional nessas Instituições” (SOUZA, 2013, p. 16); e “[...] embora anualmente tenha requerido de forma crescente a inserção do profissional de Serviço Social, por meio de concursos e seleções, [a Aeronáutica] revelou-se ainda uma instituição pouco estudada” (SILVA, 2015, p. 133).

Assim, a ausência de obras especializadas nessa temática e o desconhecimento dos profissionais e da comunidade acadêmica sobre as particularidades da assistência social em instituições militares são apontados como as principais justificativas para o estudo realizado. Consequentemente, identifica-se nesses trabalhos a indicação de que a sua relevância reside no ineditismo do tema e no potencial de servir de referência para outras pesquisas.

Observa-se também a recorrência de explicações que partem de uma lógica que pode ser resumida por meio da máxima “conhecer mais para melhor intervir”. Considerando o que foi destacado anteriormente sobre o maior número de trabalhos que se ocupam do



fazer profissional dos assistentes sociais nas Forças Armadas, bem como o próprio perfil dos autores, esse tipo de relação com o estudo da assistência social em instituições militares é bastante compreensível.

Mais do que buscar a produção de um conhecimento teórico para dialogar com outras produções do Serviço Social ou do campo mais amplo das ciências sociais, o que pode ser observado são justificativas que se apoiam na necessidade de construção de saber interventivo próprio em virtude da premissa base de que as Forças Armadas constituem um campo de atuação peculiar. Nesse sentido, a contribuição da pesquisa seria a instrumentalização dos profissionais para atuarem em um espaço que não foi considerado ao longo de sua formação acadêmica.

3.2.3. Metodologias adotadas

A maioria dos trabalhos não faz nenhuma menção ao método a partir do qual o estudo é organizado. Em geral, os autores referem que a pesquisa tem por base uma abordagem qualitativa e se ocupam em relacionar as diferentes técnicas utilizadas para a coleta de dados. Assim, quando presentes, as justificativas para as decisões de caráter metodológico se relacionam com os supostos benefícios decorrentes das técnicas empregadas para a observação do fenômeno em estudo.

Os poucos trabalhos que fazem menção direta ao método de pesquisa se filiam a grade de análise do materialismo histórico. Utilizando termos como, “método histórico e dialético” (Horta, 2009, p. 97), “método dialético” (Lima, 2010, p. 19), “método dialético-crítico” (Souza, 2013, p. 21), “método de pesquisa de Marx” (Souza, 2013, p. 24), “método marxista” (Nery, 2017, p. 16) e “método marxiano” (Nery, 2017, p. 16), todos buscam enfatizar uma adesão à produção teórica de Marx e/ou de autores marxistas. No entanto, a explicação do que vem a ser esse método, bem como a relação dos seus fundamentos centrais com o objeto de estudo em questão são aspectos não aprofundados.

Considerando que a consistência de uma pesquisa depende de sua “capacidade de convencer os pares” (MATTOS, 2015, p. 407), é razoável questionar se é possível isentar o pesquisador da exigência de demonstrar o domínio dos elementos principais que compõem o método que norteia seu estudo, não apenas em forma de transcrição do que já foi produzido, mas, sobretudo, a partir da articulação desses elementos com o problema central levantado no trabalho.

A afirmação de que a pesquisa parte de um determinado método, seja ele qual for, implica no comprometimento com os seus fundamentos e conceitos centrais, gerando certas expectativas por ocasião da avaliação pelos pares. Sendo assim, deve ser devidamente



justificada e guardar coerência com a questão central que norteia o estudo, uma vez que do método depende toda a organização do processo de investigação.

Nesse sentido, observamos que as justificativas para a escolha do materialismo histórico estão mais vinculadas à sua suposta superioridade enquanto forma de se produzir um conhecimento verdadeiro do que com a sua aderência aos problemas enfrentados na pesquisa. É recorrente a afirmação de que se trata da abordagem – única – capaz de evitar que o pesquisador caia nos enganos da superficialidade dos fatos e chegue à essência do fenômeno.

Além disso, tratando-se de uma produção marcada pela atuação de profissionais de Serviço Social, consideramos que a vinculação dessas pesquisas ao materialismo histórico se dá também em função da própria aproximação da profissão, sobretudo sua intelectualidade, ao marxismo. Nessa direção, destacamos a justificativa apresentada por Nery (2017):

“O caminho metodológico adotado na pesquisa fundamentou-se no método marxista de análise da realidade. Tal método de análise está alinhado a um projeto classista, a uma visão da sociedade, **além de ser a direção teórica que o Serviço Social defende hegemonicamente**” (NERY, 2017, p. 16, grifos nossos).

Dessa forma, a escolha do materialismo histórico parece ocorrer independentemente das possibilidades e limitações que podem existir em relação à adequação do referencial ao objeto da pesquisa. A prioridade é a vinculação ao método que supostamente conduz à revelação de uma verdade escondida e que se coaduna à abordagem privilegiada pelos pares, sobretudo no interior de uma categoria profissional que o pesquisador julga eminentemente marxista. Assim, a ausência de elementos que apontem para a construção de uma metodologia preocupada com a articulação entre os fundamentos e conceitos centrais do materialismo histórico e o problema central do estudo, bem como com seus objetivos, indicam carência de rigor metodológico.

Dentre as técnicas de pesquisa utilizadas, não há grandes variações nem registro de recursos quantitativos. Em geral, os estudos foram realizados a partir de pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas ou questionários. Assim como em relação ao método da pesquisa, também notamos algumas dificuldades no que se refere ao pleno entendimento do alcance e da própria definição conceitual das técnicas de pesquisa referidas nos estudos. Nesse sentido, chama a atenção a referência à pesquisa bibliográfica no sentido de leitura de livros e artigos, mesmo aqueles não relacionados à assistência social das Forças Armadas, e à pesquisa e análise documental no sentido de discussão do conteúdo de leis, portarias e documentos administrativos considerados relevantes no bojo do arcabouço normativo institucional. No entanto, não são apresentadas informações sobre as buscas, sobre as bases de dados exploradas, as palavras-chave utilizadas ou o período.



Mesmo nos trabalhos que se dedicam a apresentar a evolução da estrutura institucional da assistência social das Forças Armadas ao longo do tempo, não são detalhadas as etapas do processo de pesquisa documental nem dos critérios de seleção e procedimentos para análise do material coletado. A ausência da descrição desses elementos, além de impedir que outros pesquisadores interessados no tema possam analisar a pertinência dos resultados desses estudos, indica que a tentativa de se escrever a história da institucionalização da assistência social nas Forças Armadas ocorre sem o aprofundamento metodológico que a própria escassez de estudos sobre o tema exige.

3.2.4. Teorias de base

Quando nos referimos às teorias sociais, estamos tratando das diferentes visões de mundo sobre a sociedade, bem como das diferentes formas de explicar um dado fenômeno ou conjunto de fenômenos sociais entrelaçados. Nesse sentido, enquanto dimensão de análise, nos interessa identificar sobre quais conjuntos de proposições sobre a sociedade os autores se apoiam para formulação de seus objetos de pesquisa.

Vale mencionar que esta revisão de literatura baseou-se nas informações sobre o percurso de investigação explicitados nas publicações acadêmicas analisadas. Para cada dimensão analítica considerou-se que a apresentação clara das escolhas e suas respectivas justificativas denota a intencionalidade no processo de produção do conhecimento. Sendo assim, embora seja possível depreender do texto questões referentes à filiação teórica dos trabalhos, são abordadas nesta seção apenas as teorias sociais apresentadas de forma explícita como sendo o arcabouço segundo o qual o estudo é construído.

Nesse sentido, 40,7% trabalhos analisados referem que o estudo empreendido teve como fundamentação teórica as obras de Marx e/ou de autores marxistas. Embora a prevalência desse comprometimento teórico com o marxismo já tenha sido apontada na seção em que tratamos dos métodos e técnicas de pesquisa, chama a atenção o fato de que essa trilha de análise aparece como suficiente para dar conta de todos os aspectos do fenômeno abordado. Ou seja, a crítica marxista ao capital encerra todo o debate proposto.

De modo geral, o que se observa nos estudos sobre a assistência social das Forças Armadas é a discussão de temas já abordados nas ciências sociais a partir de um referencial teórico que privilegia questões de nível macro da sociedade, sendo o campo específico das instituições militares colocado como o lócus do qual emergem os dados empíricos de interesse. No entanto, a articulação entre o tema abordado, a teoria social de base e o contexto institucional não é aprofundada. Além disso, outras questões que também poderiam ser enfrentadas por ocasião da apresentação do referencial teórico, como o próprio conceito de assistência social que instrui o estudo, não recebem um tratamento



adequado. Portanto, não são desenvolvidas mediações analíticas entre o âmbito macrossocial e meso-institucional.

Alguns trabalhos têm o cuidado de apresentar as características da profissão militar e mesmo o processo de constituição das Forças Armadas no Brasil. No entanto, o fazem de forma meramente descritiva e sem problematizar como essas instituições interpretam os problemas estudados e dialogam com outros setores e outras políticas públicas que atuam no mesmo campo de intervenção.

3.2.5. Fontes de pesquisa

Em relação as fontes de pesquisa, primeiramente, vale destacar que a maior parte (29,6%) dos estudos não fazem referência a outros trabalhos sobre a assistência social das Forças Armadas. Embora as razões para esse isolamento não possam ser definidas com exatidão, é possível levantar, ao menos, três hipóteses a partir do que já foi analisado. A primeira diz respeito à ausência de pesquisas com o mesmo recorte temático, fato que está associado tanto à escassez da produção nessa área quanto à diversificação de interesses de pesquisa. A segunda hipótese parte das dificuldades metodológicas discutidas anteriormente. Apesar de os autores não indicarem as etapas do processo de levantamento bibliográfico, o que permitiria avaliar sua adequabilidade, erros nesse tipo de pesquisa ou a própria ausência de análise da produção existente são fatores que podem ter influenciado para a conformação desse quadro. A terceira se relaciona com o fato de os estudos ainda não encontrarem espaços de circulação entre os pesquisadores, como revistas e outros periódicos científicos, ficando restritos aos bancos de dados ou às publicações institucionais.

Em segundo lugar, nota-se que alguns trabalhos exercem grande influência ou, pelo menos, servem de base para novas pesquisas nessa área. Por exemplo, chama atenção a concentração de citações ao trabalho de Zacaron (2011), que aparece como referência de 6 (seis) estudos. Além de ser o trabalho mais citado, a referida pesquisa configura uma espécie de padrão de relato sobre a história da assistência social na Aeronáutica, tendo seu texto sido replicado, quase de forma idêntica, em alguns trabalhos.

O recurso ao estudo de Zacaron (2011), que tem como objetivo principal analisar o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social no Comando da Aeronáutica, ocorre apenas em pesquisas realizadas por autoras também vinculadas à Força Aérea Brasileira. Além disso, com exceção do trabalho de Rocha (2019) que, embora seja uma autora vinculada ao Exército pesquisando sobre a assistência social naquela instituição, recorre aos estudos realizados por autoras vinculadas à Marinha, não foram encontradas indicações de intercâmbios entre as produções realizadas nas três Forças Singulares. Tal fato denota que



a produção teórica neste campo de estudo tende a permanecer circunscrita à instituição na qual o pesquisador está inserido.

Por fim, no que se refere ao tratamento do processo histórico de institucionalização da assistência social das Forças Armadas, é possível notar o afastamento dos pesquisadores em relação às fontes primárias quando encontram um estudo prévio que se ocupa desse tipo de investigação. Dessa forma, os estudos existentes circulam e, à medida que seus resultados não sofrem confrontação por pesquisas posteriores, se consolidam como um relato único no interior das instituições. Tal fato pode provocar, por exemplo, o enraizamento de informações equivocadas, tendo em vista a fragilidade metodológica desses estudos, sobretudo no que se refere à pesquisa documental.

3.2.6. Concepções de assistência social

Nesta dimensão de análise, o primeiro aspecto a ser destacado se refere à inespecificidade com que o termo assistência social é empregado. Nas instituições militares, as ações agrupadas sob esse rótulo abrangem uma vasta gama de questões, como prevenção à dependência química; orientação profissional para jovens; preparação para a reserva/aposentadoria; atenção especial à pessoa idosa e à pessoa com deficiência; afastamento do convívio familiar em virtude do desempenho de atividades profissionais; vulnerabilidade social decorrente de dificuldades financeiras; processos de redistribuição de pessoal; humanização do atendimento ao público, dentre outras. No entanto, não há problematização sobre as razões para que medidas de intervenção sobre demandas institucionais tão distintas sejam designadas como assistência social.

Observa-se, contudo, o emprego da expressão assistência social associada à noção de proteção social. Não necessariamente a um conceito bem definido de proteção social, mas a uma ideia que permite que os autores agrupem iniciativas desenvolvidas com o intuito de garantir acesso aos mais variados bens e serviços, incluindo seguros, pensões, cuidados médicos e educação.

Percebe-se assim que a assistência social é entendida como um conjunto de ações que compõem um quadro maior de iniciativas que tem por objetivo mitigar os impactos negativos causados por dificuldades enfrentadas por seus beneficiários em diferentes áreas. A assistência social aparece como algo inespecífico, que se soma à outras ações que compartilham da única característica que pode ser identificada nesse contexto: o seu caráter assistencial, ou seja, a sua missão de proteger quem dela se beneficia de alguma contingência.

Nota-se também que as medidas desenvolvidas nessa área são entendidas como um fenômeno progressivo. As práticas assistenciais estariam em constante evolução,



adequando-se cada vez mais aos princípios que norteiam as políticas sociais nacionais. Dessa forma, conforma-se uma analogia linear que localiza as ações julgadas filantrópicas e caritativas no extremo mais rudimentar e as estruturas atuais no ponto mais avançado. Sem apontar distinções substanciais entre as práticas ou qualquer outro elemento pertinente à sua formulação e implementação, a definição de assistência social se limita à descrição da mudança da condição da população alvo, que passa de receptora de um favor para a de detentora de um direito.

Nessa direção, observa-se uma concepção de assistência social que associa o significado desse termo ao status que a prática governamental adquire em determinado momento, mormente, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. O termo assistência social não é abordado sob o ponto de vista de seu conteúdo, mas exclusivamente pela forma com que se apresenta no ordenamento jurídico brasileiro. Assim, diversos autores definem assistência social tão somente como um direito.

Assim, ao tentarem apontar o que consideram ser a assistência social, alguns autores apenas argumentam sobre a existência de uma forte distinção entre assistência social e outras práticas, como o assistencialismo, indicando como critério para tal o reposicionamento da população alvo de sujeito que espera pelo favor incerto e motivado por virtudes para o lugar de quem pode reivindicar um direito a quem tem o dever de provê-lo.

3.2.7. Institucionalização

O conceito de institucionalização que norteou esta revisão se refere ao processo por meio do qual uma determinada prática surge e adquire estabilidade no âmbito de uma organização. Assim, as questões tratadas nesta dimensão de análise relacionam-se tanto às iniciativas apontadas na literatura como precursoras da assistência social nas Forças Armadas como à evolução dessas estruturas.

Primeiramente, observou-se que 88,9% dos estudos indicaram elementos relativos ao surgimento da assistência social como um setor definido na estrutura administrativa da Força pesquisada. No entanto, apenas 25,9% dos trabalhos levantam hipóteses sobre as razões que levaram a instituição a investir no desenvolvimento de ações nesta área.

Essas hipóteses são marcadas por quatro aspectos. O primeiro diz respeito ao entendimento do autor sobre o propósito institucional da assistência social. Ou seja, aquilo que é percebido como contribuição da assistência social para a instituição é descrito como sendo a explicação para a sua institucionalização, como se o seu desenvolvimento fosse resultado de decisões puramente racionais e utilitaristas. Em geral, os benefícios advindos da assistência social são vinculados ao aumento da produtividade e a manutenção da capacidade de pronto emprego das tropas.



O segundo evoca ganhos motivacionais e o reconhecimento da necessidade de valorização dos recursos humanos. Trata-se de justificativas fundamentadas na ideia de que a instituição deve, de alguma maneira, assumir certas responsabilidades em relação às condições de vida do seu pessoal e dos respectivos grupos familiares, extrapolando assim os limites da atenção restrita aos serviços de saúde e de aperfeiçoamento técnico-profissional destinados aos militares.

O terceiro aspecto remete ao dever do superior hierárquico em zelar pelos seus subordinados, enfatizando que a atenção e o cuidado com o bem-estar do pessoal são qualidades esperadas do líder qualificado. A assistência social, então, é associada a questões que dizem respeito ao exercício da boa liderança, sendo instrumentalizada e incluída no rol de atividades que compõem a política institucional de gestão de recursos humanos.

O quarto e último aspecto observado vincula a institucionalização da assistência social à fatores macrossociais e coloca no centro da argumentação o envolvimento do país em conflitos armados. Há o estabelecimento de uma relação direta entre o contexto social, político e econômico nacional com as alterações que podem ser identificadas na instituição militar em matéria de assistência social. Esse tipo de argumentação, mesmo não excluindo totalmente os fatores internos, subordina esses elementos às mudanças ocorridas em um nível mais amplo. Os estudos sobre o caso da Marinha recorrem com frequência a essa gama de hipóteses.

Nessa direção, percebe-se que as hipóteses apresentadas nos estudos analisados tendem a explicar a institucionalização da assistência social a partir da função que ela desempenha na instituição e dos acontecimentos que marcam o contexto macrossocial que circunscreve o período de implementação das iniciativas identificadas como pioneiras nessa área no âmbito das Forças Armadas. Não estão presentes, contudo, problematizações sobre as ideias e representações sociais compartilhadas pelos atores que intervêm nesse processo nem sobre como efetivamente os atores que atuam na assistência social das instituições militares interpretam e assimilam internamente os eventos que tensionam a sociedade brasileira.

A maior parte dos estudos (62,9%) apresentam dados sobre a evolução da assistência social ao longo do tempo. Em geral, são descritas as alterações identificadas na base normativa que fundamenta as ações desenvolvidas nessa área a partir de uma abordagem estritamente cronológica, ou seja, a ordenação do tempo e dos eventos na sequência em que ocorrem. Assim, a trajetória histórica da assistência social nas instituições militares é reconstruída no formato de linha do tempo, favorecendo a correlação entre as datas de atos administrativos considerados relevantes e outros fatos observados no mesmo período.



Nesse sentido, são frequentes as associações entre os movimentos observados na profissão de Serviço Social e nas estruturas das políticas sociais e os eventos apontados como pontos de inflexão na assistência social das Forças Armadas. São especialmente citados os processos de regulamentação de direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, que se desenvolvem no curso da década de 1990, como fatos que motivaram movimentos de adequação do arcabouço normativo existente nas instituições militares.

Nesse sentido, a trajetória histórica da assistência social nas Forças Armadas é descrita como um processo linear e ascendente. A imagem construída nos trabalhos analisados é de aperfeiçoamento contínuo, no qual cada nova fase é considerada mais adequada do que a anterior. Dessa forma, o desenvolvimento da assistência social ao longo do tempo pode ser resumido como a passagem de formas improvisadas, desorganizadas e meramente voluntaristas à estruturação de serviços técnicos e planejados de acordo com uma lógica bem definida.

Não estão presentes nessas descrições os recuos, as continuidades de práticas que remetem àquilo que é referenciado como as protoformas da assistência social, nem as maneiras como ideias e representações sociais, expressas nos objetivos e justificativas das ações, vão se perpetuando no interior desse setor.

Sendo assim, notou-se que o processo de institucionalização da assistência social das Forças Armadas e a evolução dessas ações ao longo do tempo tem sido tratados como um componente da análise institucional realizada pelos autores com o objetivo de apresentar alguns determinantes sócio-históricos considerados relevantes para a compreensão do objeto central de suas pesquisas.

4. CONCLUSÕES

A partir da análise dos trabalhos incluídos nesta revisão, é possível concluir que a produção científica sobre a assistência social das Forças Armadas brasileiras tem privilegiado a investigação sobre a prática profissional dos assistentes sociais e/ou à intervenção proposta pelo Serviço Social para o atendimento das demandas próprias desse contexto institucional.

No que se refere às justificativas para a realização dos estudos, ressaltam-se três aspectos: a necessidade de maior clareza e articulação entre a justificativa, a relevância e o interesse pelo estudo; a forte presença do argumento que indica a assistência social das Forças Armadas como um campo de estudo negligenciado; e a recorrência de explicações que tem por base a ideia de “conhecer mais para melhor intervir”.



A respeito dos percursos metodológicos construídos para o enfrentamento das questões endereçadas nos estudos em análise, destaca-se a fragilidade de articulação entre teoria, método e técnicas de pesquisa. Nota-se a preocupação em descrever, ainda que de forma pouco detalhada, as técnicas utilizadas e o processo de coleta de dados, mas, de modo geral, o tratamento dado à metodologia da pesquisa não abarca a conceituação do método específico que instrui a observação do fenômeno e nem a sua necessária articulação com o referencial teórico de base.

No que se refere às teorias que fundamentam os estudos analisados observa-se que aqueles que apresentam de forma explícita uma filiação a uma teoria social são os que se propõem a realizar uma leitura marxista das questões da sociedade. De modo similar ao destacado sobre os problemas de método, a apropriação do que aparece nos estudos sob a rubrica de “teoria de Marx” remete o leitor a um conjunto de conceitos que dão conta de dinâmicas de nível macro da sociedade, mas que pouco ou em nada são articulados com as particularidades do contexto institucional em tela.

A análise dos intercâmbios entre os trabalhos produzidos sobre a assistência social das Forças Armadas indica que os resultados das pesquisas circulam predominantemente entre pesquisadores vinculados a mesma instituição de interesse. No que se refere ao tratamento do percurso histórico das medidas de assistência social nesse contexto institucional, tal fato, aliado a falta de investimento dos autores na realização de levantamentos e pesquisas documentais próprias, favorece a repetição de informações e a cristalização de um discurso quase unânime, mesmo sendo flagrante a necessidade de maior detalhamento do processo de pesquisa que serviu como referência.

Sobre as concepções de assistência social, destaca-se a ausência de discussão a respeito do que se pretende representar com o emprego desse termo, o que causa a impressão de que seu uso é inespecífico. A referência à noção de proteção social e o agrupamento de ações em atendimento a demandas de áreas bastante distintas sob a nomenclatura de assistência social são elementos que permitem afirmar que o caráter assistencial de uma medida institucional é o principal atributo para o seu enquadramento nessa área.

Por fim, os aspectos referentes à institucionalização e à trajetória histórica das ações de assistência social desenvolvidas pelas Forças Armadas surgem nos estudos majoritariamente como um componente de uma análise institucional com o objetivo de apresentar ao leitor alguns determinantes sócio-históricos considerados relevantes para a compreensão do objeto central da pesquisa.

Assim, apesar das limitações desta revisão, sobretudo no que se refere à dificuldade de distinção entre a trajetória histórica das medidas de assistência social desenvolvidas nas Forças Armadas brasileiras e a própria inserção do Serviço Social nessas instituições, a



análise realizada contribui para a identificação de lacunas significativas. Tal contribuição aponta para a necessária realização de novos estudos que, com base em um percurso metodológico rigoroso e adequado ao objeto de pesquisa, podem ajudar na compreensão de como as instituições militares incorporam em seu arcabouço normativo e em sua estrutura institucional práticas reunidas sob o nome de assistência social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HORTA, Gisele Martins. No meio da travessia: a prática dos assistentes sociais nos serviços de saúde da Aeronáutica/RJ. 2009. Dissertação (Mestrado em Política Social e Trabalho) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

LASSWELL, Harold D. The Garrison State. *The American Journal of Sociology*, Chicago, v. 46, n. 4, p. 455-468, jan. 1941.

LIMA, Marisa Elenice Silva. A Intervenção Profissional do Assistente Social na Prevenção de Acidentes de Trabalho: a experiência da Comissão de Aeroportos da Região Amazônia – COMARA. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

MATTOS, Ruben Araujo de. Breves reflexões sobre os caminhos da pesquisa. in: BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria; MATTOS, Ruben Araujo de. (Orgs.). *Caminhos para análise das políticas de saúde*. 1. ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015. p. 403-416.

NERY, Danniely Guimarães Viana. Saindo do vermelho: uma análise sobre os Programas de Apoio Socioeconômico das Forças Armadas. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

ROCHA, Natália Queiroz Moreira da. Assistência Social no Exército Brasileiro: uma análise da seção do serviço de assistência social da 10a Região Militar nas perspectivas dos (as) sujeitos (as). Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

SILVA, Darlene de Araújo. O serviço social nas organizações militares da aeronáutica: análise da prática profissional na região Amazônica. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SOUZA, Emmily Pereira Brito de. Sociedade de consumo e o enfrentamento das situações de vulnerabilidade econômica no âmbito do V Comando Aéreo Regional: desafios para o Serviço Social. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ZACARON, Sabrina Silva. O serviço social no comando da Aeronáutica: decifrando este espaço socioocupacional do assistente social. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.